

ESTADO DA ARTE SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO

Ana Cláudia Oliveira^{*}
Deisimar Costa Ferreira^{**}
Irenilce Assis dos Santos Oliveira^{***}

RESUMO

O presente artigo apresenta abordagens sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar, utilizando uma metodologia sistemática para identificar e analisar três produções acadêmicas sobre o estado da arte do TEA e a educação. O objetivo foi realizar uma análise do estado da arte das pesquisas sobre TEA no âmbito escolar. As análises destacam temas como as concepções de professores sobre diagnóstico, desenvolvimento e prática pedagógica, a competência social dos alunos com TEA, interações comunicativas e o debate entre o paradigma de inclusão escolar e experiências de escolarização. Este estudo emprega uma metodologia sistemática, iniciando-se pela identificação de artigos relevantes através de uma busca no Google Acadêmico⁴ com os termos 'estado da arte' e 'TEA' no título. Conclui-se que a profundidade e a relevância das informações extraídas fundamentam a compreensão atual do conhecimento sobre o TEA na educação, oferecendo não somente insights valiosos para práticas inclusivas futuras, mas também importantes críticas aos modelos e problemas enfrentados na inclusão de pessoas com TEA na Educação.

Palavras-chave: estado da arte; TEA; educação.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neuropsiquiátrica caracterizada por limitações na interação social, comunicação e comportamentos repetitivos. A complexidade desse transtorno tenciona-se no contexto escolar, onde a diversidade de estilos de aprendizagem e a dinâmica inerente própria da interação social, intensificam as demandas enfrentadas por alunos com TEA.

A naturalidade inata da dinâmica comunicativa não só no espaço escolar, mas em especial nele, que é um dos símbolos na aprendizagem intencional da socialização, determina muitas vezes a falta de políticas educacionais vindas

^{*} Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. E-mail: deisecostta1987@gmail.com

^{**} Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. E-mail: eternamentemae13@gmail.com

^{***} Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. E-mail: ireassis@gmail.com

da própria escola no que se refere às crianças com TEA ou qualquer tipo de limitação envolvendo a comunicação e interação social. Ao mesmo tempo, em que a escola é naturalmente esse espaço de exclusão para pessoas com TEA, é em si local ideal para ocorrer a inclusão e desenvolvimento, sendo necessário o exercício de políticas igualmente intencionais visando justamente a inclusão daqueles que sozinhos não estão dentro da dinâmica interativa e comunicativa.

Este artigo tem como objetivo analisar o estado da arte sobre TEA no âmbito escolar e assim sintetizar e apresentar as afirmações mais recorrentes presentes na literatura científica, enfatizando as contribuições que tais estudos oferecem para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades específicas de estudantes com TEA. Refletir sobre a complexidade do TEA em espaços escolares têm sido nos últimos anos objeto constante de pesquisas.

A inclusão dos alunos com este transtorno se tornou fator comum devido à inclusão obrigatória advinda através da atualização da legislação educacional para pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE), em especial nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica no Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e outras leis, com destaque especial para o Estatuto da Pessoa com Deficiência que tratam da inclusão social de pessoas com necessidades educativas específicas. Tal fenômeno revela o cenário da inclusão no Brasil e da necessidade constante de conhecimento atualizado sobre o tema.

2 O ESTADO DA ARTE

2.1 Da circuncisão legislativa

Na produção analisada é possível observar a apresentação de duas correntes legislativas: a primeira se refere a uma visão mais tradicional da qual a criança passa a ser um campo de prevenção do adoecimento adulto, principalmente com o desenvolvimento da psiquiatria e das normas médicas para diagnósticos. A segunda se refere a uma visão humanística, sendo que a criança passa a ser reconhecida como autônoma e individual, conjura-se críticas às práticas educativas excludentes e separatistas, buscando-se a inclusão de forma plena.

A primeira corrente está associada diretamente ao tradicionalismo advindo com a ascensão das ciências naturais e por fim, o firmamento das ciências humanas. Nesse sentido, num primeiro momento o consenso era o científico, mas a partir do século XXI começam a surgir os primeiros marcos internacionais sobre o tema da inclusão das pessoas com deficiência, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), surgiu a partir da influência desse processo internacionalização do debate, sendo ele o principal, mas não único documento legislador sobre inclusão no Brasil.

1.1 Da história do conceito

Abordando especificamente o conceito de TEA, as produções direcionam seus estudos num viés biomédico, psiquiátrico e educacional na abordagem da história e conceito do TEA. As análises das obras demonstram a mudança nos conceitos de loucura e debilidade, que englobam pessoas com dificuldades na comunicação e na interação social. Essas classificações foram vistas como irreversíveis, sem capacidade cognitiva e com uma educabilidade incerta, em um contexto histórico (Rodrigues, 2018).

Em seguida, observa-se o discurso normatizador da patologização de condição autista, a partir do momento histórico em que a psiquiatria instrumentaliza-se e, por fim, com o desenvolvimento dos estudos em psiquiatria e da atualização dos instrumentos de diagnósticos da medicina no século XXI, determina-se a usabilidade do termo Transtorno do Espectro Autista como usual, existindo porém outros termos e determinações aproximadas, como por exemplo, *Burnout*.

Essa observação indica que o próprio conceito continua a ter significados em disputa e passa por mudanças a cada nova pesquisa divulgada, uma vez que há continuidade de investigações para entender mais a fundo a origem e as causas desse transtorno neurobiológico (Souza, 2021).

Cada indivíduo com TEA tem manifestações singulares, que em si são também aspectos de sua própria personalidade, gerando assim a diversidade de comportamentos e complexidade de necessidades. Essa variedade configura o principal desafio na identificação de indivíduos com TEA, uma vez que há um

consenso sobre a existência de diferentes níveis e intensidades das manifestações desse transtorno, que podem não ser facilmente detectáveis, dependendo de sua visibilidade (Souza, 2021).

1.2 Da questão do diagnóstico

A escola e os docentes baseiam-se levando duas considerações para identificar estudantes com TEA: primeira, o viés médico (relatório psiquiátrico/psicológico ou psicossocial); por fim, o entendimento pressuposto da observação diária, elegendo como critérios a comunicação e a interação entre alunos, seus colegas e professores. Dessa maneira, os estudantes são avaliados através da perspectiva dos conjuntos de sintomas, que são entendidos como traços específicos das crianças que recebem esse diagnóstico (Rodrigues, 2018).

Os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) frequentemente são vistos ou entendidos como pessoas que optam pela solidão, que mostram desinteresse nas interações ou que não respondem às manifestações de carinho (Souza, 2021). Tais considerações são observadas nos relatos principalmente de familiares e muitas vezes validados pela escola e docentes. Silva (2021, p. 27) contribui afirmando:

O desconhecimento em compreender as particularidades dos comportamentos, dificultou e/ou afastou a pessoa com autismo de práticas sociais e pedagógicas necessárias às suas possibilidades de desenvolvimento. Eles, por sua vez, pela preocupação de não corresponder ao que o outro espera de si, até mesmo em seus ambientes de convivência mais próximos (escola, espaços de lazer, festas etc.), optam, muitas vezes, por se afastar.

Os estigmas do desconhecimento sobre a diversidade e complexidade do TEA, afeta diretamente a concepção docente e porventura as práticas de inclusão, que podem tornar-se excludentes caso estas sejam baseadas em pré-conceitos ou piamente fechadas em discursos médicos que classificam e reduzem pessoas a patologias e seus sintomas.

É importante ressaltar que a pesquisa realizada por Souza (2021) se destacou por ser a única a abordar a característica da não verbalização em indivíduos com TEA. Essa relevância se deve à forma como a sociedade percebe esses indivíduos; aqueles que não falam frequentemente são marginalizados na maioria dos estudos acadêmicos, pois a comunicação é mencionada, mas não se detalha ou especifica quais são as barreiras comunicativas enfrentadas por pessoas

com TEA.

1.3 Do Ensino

Com relação às práticas educacionais que imperam, pode-se observar na análise das produções, tendências metodológicas que consideram o docente como mediador da aprendizagem e inclusão e, considera a educação inclusiva através da estratégia de reabilitação, ou seja, o avanço na comunicação verbal, na linguagem e nas interações sociais, além da redução de comportamentos inadequados (Brito; Carrara, 2010).

Foi notado também, mas em menor evidência, a existência de propostas educativas das quais o conteúdo e a reabilitação são elementos inferiores, inserindo o afeto como princípio elementar psicossocial para atingir os objetivos da inclusão de estudantes com TEA, pois o relacionamento é em si o tratamento emocional do estudante com TEA e não pode ser reduzido a objeto e objetivo de aprendizagem. O afeto busca a (re)formulação ou (re)interpretação do ser humano em sua posição no mundo, ao mesmo tempo em que promove e valoriza suas capacidades, potenciais e desejos (Rodrigues, 2018).

Nessa perspectiva, busca-se afastar a ambiguidade do discurso médico das práticas pedagógicas, inserindo o estudante como ser psicossocial e não somente como um paciente a ser curado no processo de escolarização, ou seja, afastar a ideia de que a escola é como centro terapêutico para pessoas com TEA, enquanto os objetivos e objetos de aprendizagem se inserem na troca e na abertura empática. Obviamente, evita-se que a condição do estudante com TEA volte-se para si mesmo, o conteúdo é em si humano e não um sintoma, exclusivamente (Afonso, 2014).

Existem também questões que não envolvem a prática pedagógica em si, mas o que docentes e escola concebem teoricamente sobre o TEA. A partir dessa perspectiva, torna-se claro o ponto de vista dos pesquisadores de que a prática científica se relaciona intrinsecamente ao conhecimento biomédico (Rodrigues, 2018). Isso implica que a inclusão trata o estudante com TEA como sinônimo de seus próprios sintomas, o que não apenas reduz a sua complexidade a esses sintomas, mas também restringe as práticas e as situações que poderiam promover uma inclusão real.

Assim, o modelo de educação orientado por competências desconsidera as

experiências sociais, os fatores psicossociais e a individualidade de cada pessoa. Sob essa abordagem biomédica, o transtorno torna-se um obstáculo para o próprio aluno, gerando consequências como exclusão e o silenciamento da subjetividade e unicidade (Brandão, 2009). A construção de laços afetivos é prejudicada, e a interação social é moldada por normas de cuidado que devem ser seguidas com base nos sintomas apresentados por estudantes com TEA.

1.4 Da experiência psicossocial

Questões psicossociais levam em consideração “o indivíduo e suas produções mentais como produtos de sua socialização em um determinado segmento social”. Nesse âmbito, busca-se aqui analisar conteúdos de experiências subjetivas e laços sociais expostos nas produções (Spink, 1993).

Inicialmente, destaca-se a questão do emprego do termo ‘autista’ por parte dos professores, uma vez que rotulá-los dessa forma, de maneira simplista, diminui a profundidade da expressão docente. Isso não esclarece suas identidades, modos de aprendizado e a maneira como se desenvolvem nos diversos contextos em que estão inseridos, especialmente no ambiente escolar (Silva, 2011).

Demonstra-se através das pesquisas que a subjetividade tanto do docente quanto dos estudantes com TEA são afastadas pelo embasamento do discurso médico, assim como a possibilidade de aprendizagem e inclusão afetiva, ou seja, ao receber o diagnóstico de autismo, o educador se sente legitimado a não confiar nas capacidades do aluno, não o enxergando como um agente de desejo (Martins, 2007).

1.5 Cerne dos trabalhos acadêmicos

O total de documentos (entre artigos e dissertações) catalogados e estudados pelas 3 produções analisadas neste artigo têm de total de 66 obras. Em Rodrigues (2018, p. 550), que contam com 52 obras estudadas, foi observada a repetição de alguns temas de pesquisas, tais como:

(1) concepções de professores sobre o diagnóstico, desenvolvimento e prática pedagógica de seus alunos diagnosticados com TEA; (2) interação comunicativa e a mediação de professores com seus alunos com diagnóstico de TEA; (3) competência social dos alunos com esse

diagnóstico; (4) prática pedagógica e recursos metodológicos para o atendimento desse público; (5) debate entre o paradigma de inclusão escolar e as experiências de escolarização desse público.

É viável examinar e delinear duas vertentes principais da postura discursiva nos resultados identificados nas produções: uma refere-se aos que criticam a inserção de aspectos diagnósticos da saúde no âmbito educacional, enquanto a outra se refere àqueles que não expressam críticas a essa integração (Rodrigues, 2018). Já Madureira (2022, p. 29) que estudou 6 dissertações publicadas de 2011 a 2021, destaca que:

[...] a escassa publicação de estudos sobre essa categoria nos revela uma série de hipóteses, entre as quais o de que ainda é recente a preocupação no que se refere às práticas pedagógicas que visem o atendimento de alunos que apresentam a condição do espectro autista.

Pode-se verificar que Souza (2021) estudou e classificou 8 artigos publicados de 2010 a 2021, categorizando-os em: Ações para a Inclusão e Formação de Professores; Tecnologias para a Inclusão; Análise de comportamento. A pesquisadora apresentou resultados ampliando o debate, evidenciando desafios e constituindo perspectivas para cada categoria proposta.

É relevante mencionar uma descoberta significativa sobre a formação de autores, conforme Rodrigues (2018), que observa uma forte presença de indivíduos com formação inicial na área da Saúde, como psicólogos, fonoaudiólogos, enfermeiros e terapeutas ocupacionais. Isso indica que ainda existem poucos pesquisadores voltados para a educação, que ofereçam análises com foco educacional sobre a inclusão de pessoas com TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o estado da arte das pesquisas sobre o TEA no contexto escolar, este estudo consegue destacar a significativa contribuição das três produções acadêmicas encontradas, mas reconhecendo que esse número ainda é incipiente. Conclui-se da análise uma convergência de temas de pesquisa, relacionando concepções de docentes sobre diagnóstico, desenvolvimento e prática pedagógica, a competência social dos alunos com TEA e as interações comunicativas, além do debate entre o paradigma de inclusão escolar e as experiências de escolarização.

Essa repetição de temas demonstra uma centralidade nas preocupações e abordagens presentes na literatura, evidenciando a necessidade contínua de explorar e compreender as complexidades da inclusão de estudantes com TEA. Questões psicossociais, o papel do afeto na educação inclusiva, e a reflexão sobre o próprio uso do termo "autista" pelos docentes surgem como elementos construtivos e propositivos para compreender e promover uma inclusão efetiva e respeitosa.

Diante dos resultados e da constante evolução nas pesquisas e da dinâmica das políticas educacionais, as produções analisadas apontam para direções futuras, reforçando, principalmente, o desafio de constituir e fortalecer diálogo contínuo entre a academia, profissionais da educação e legisladores para promover práticas inclusivas e eficazes no ambiente escolar para todos os estudantes, independentemente de suas características necessidades individuais .

Vale pontuar também que o estado da arte das pesquisas sobre o TEA revela um cenário complexo e dinâmico, onde a escola se torna um palco central para desvendar as intrincadas questões relacionadas a esse transtorno. É notável que o enfoque da comunidade acadêmica, expresso nas produções analisadas, transcende a mera caracterização médica do TEA, buscando compreender profundamente como essa condição influencia e é influenciada pelo ambiente escolar.

Dentro dessa perspectiva, observa-se que as pesquisas não se limitam a uma abordagem exclusivamente biomédica ou diagnóstica. Pelo contrário, elas se esforçam para entender como a experiência do TEA se entrelaça com os diversos aspectos do ambiente escolar, incluindo as práticas pedagógicas, a interação social, as experiências psicossociais e a própria essência da escolarização.

Crítica-se a noção do ambiente escolar reduzido a espaço terapêutico, mas paradoxalmente assume-se que a escola é em si mesma espaço de transformação psicossocial para pessoas com TEA, desde que seja considerada a autonomia, individualidade e subjetividade dessas pessoas.

Nesse contexto, a escolarização torna-se uma entidade de interesse subordinada, mas intrinsecamente conectada. O entendimento dessa dinâmica complexa reforça a ideia de que o TEA não é apenas um desafio a ser superado na escola, mas uma oportunidade para repensar e aprimorar as práticas educacionais,

promovendo uma abordagem mais inclusiva e centrada no desenvolvimento integral de cada aluno. Assim, o estado da arte evidencia um movimento crescente em direção a uma visão mais holística e contextualizada do TEA na escola, evidenciando preconceitos, exclusões advindas de crenças sociais e questões suplantadas pela cultura e o desconhecimento do tema TEA.

O estado da arte sobre TEA na educação, fórmula em seus resultados mais desafios do que êxitos justamente porque enseja mais aprofundamento, exige mais investimentos do poder público, anseia por mais formação contínua dos docentes, bem como mais empatia de uma sociedade formulada e pensada desde sua existência primordial na comunicação inata, num estado de interação que determina as relações e constitui valores socioemocionais e moldam a individualidade daqueles que sempre conseguiram se ater aos detalhes não implícitos ou objetivos da comunicação de forma geral.

REFERÊNCIAS

AFONSO, S. R. M. **A inclusão escolar das crianças com autismo do Ciclo I do Ensino Fundamental: ponto de vista do professor.** Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2014.

BRANDÃO, L. C. **Interação social em diferentes contextos escolares:** estudo de caso de uma criança com autismo. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2009.

BRITO, M. C.; CARRARA, K. Alunos com distúrbios do espectro autístico em interação com professores na educação inclusiva: descrição de habilidades pragmáticas. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, 15 (3), 421-429, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 17/2001.** Apresenta Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.** Brasília: DF, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

FEDERAL, Senado. **Estatuto da pessoa com deficiência.** Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas. Brasília: DF, 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

MADUREIRA, N.L.V. *et al.* Práticas Pedagógicas para Alunos com TEA: estado da arte em dissertações brasileiras dos últimos dez anos. **Nova Revista Amazônica**, v. 10, n. 2, p. 23-37, 2022.

MARTINS, M. R. R. **Inclusão de alunos autistas no ensino regular:** concepções e práticas pedagógicas de professores regentes. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF 2007.

RODRIGUES, I.B.; ANGELUCCI, C.B. Estado da arte da produção sobre escolarização de crianças diagnosticadas com TEA. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 545-555, 2018.

SPINK, M.J. P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, p. 300-308, 1993.

SOUZA, B.R. **Inclusão escolar de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA):** uma pesquisa de estado da arte. 2021. Monografia. Escola Normal Superior. Universidade do Estado do Amazonas. Amazonas, 2021.

PEREIRA, F.M. *et al.* A inserção de crianças autista no ensino regular. **Minerva Magazine of Science**, v. 2, n. 9, 2021.

